

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

1 PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, por intermédio da Pregoeira e Agente de Contratação, conforme Decreto nº 004/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Ordinária Municipal nº 336/2025 e demais legislações aplicáveis, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 04/03/2026 ÀS 09:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br

MODO DE DISPUTA: Aberto.

2 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de luminárias públicas em tecnologia LED, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais serviços necessários, destinados à modernização, ampliação e aumento da eficiência energética do sistema de iluminação pública do Município de Barrolândia – TO, em conformidade com o objeto aprovado no Contrato de Repasse nº CR 989687-2025.

1.2. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo único, com vigência de 12 (doze) meses, observadas as disposições constantes do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, bem como o prazo de vigência e as condições estabelecidas no Contrato de Repasse nº CR 989687-2025.

1.3. A licitação será composta por 01 (um) item único, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço global, sob o regime de empreitada por preço global, desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas, operacionais, jurídicas e de habilitação previstas neste Edital e em seus Anexos.

1.4. Havendo divergência entre as especificações, condições ou informações constantes deste Edital e de seus Anexos e aquelas eventualmente registradas no sistema eletrônico LICITANET (www.licitanet.com.br), prevalecerão, para

todos os efeitos legais, as disposições constantes deste Edital e de seus Anexos.

3. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO, PESQUISA DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

3.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores praticados no mercado e referenciais oficiais de custos, cujos documentos integram o processo administrativo.

3.2. A contratação terá vigência administrativa de até **12 (doze) meses**, destinada exclusivamente à execução integral do objeto, **não se caracterizando como prestação de serviço contínuo**, sendo o pagamento efetuado conforme medições e etapas efetivamente executadas, na forma prevista no Termo de Referência.

3.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, a serem oportunamente indicadas no momento da contratação, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

3.4. A despesa será classificada como **despesa de capital (investimento)**, em razão da aquisição e instalação de bens destinados à infraestrutura pública municipal, devendo ser utilizada, conforme o caso:

- **Elemento de despesa 44.90.51 – Obras e Instalações**, quando houver predominância da instalação integrada ao sistema de iluminação pública; ou
- **Elemento de despesa 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente**, quando caracterizado o fornecimento de luminárias como bens permanentes,

observada a orientação da contabilidade pública do Município e a natureza predominante do objeto.

3.5 Embora classificada contabilmente como despesa de capital, a contratação não se caracteriza como obra pública, mas como fornecimento de bens com instalação padronizada, enquadrando-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, XXI, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. MEMORIAL DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores médios praticados no mercado local, regional e nacional para o fornecimento e instalação de luminárias públicas em tecnologia LED, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra especializada, testes e comissionamento, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A composição do valor estimado observa os quantitativos e preços unitários constantes da Planilha Orçamentária de Referência (Planilha dos LEDs), a qual

integra o processo administrativo, contemplando de forma detalhada todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive encargos diretos e indiretos.

O cálculo do valor total estimado da contratação foi realizado mediante a multiplicação dos quantitativos previstos pelos respectivos valores unitários estimados, conforme demonstrado na planilha orçamentária, resultando no valor global estimado da contratação, adotado como referência para o procedimento licitatório sob o regime de empreitada por preço global.

O valor global estimado, conforme apurado na Planilha Orçamentária de Referência, corresponde a: R\$ 975.764,21 (novecentos e setenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

O valor acima possui caráter meramente estimativo, destinando-se exclusivamente à orientação do procedimento licitatório e à verificação da compatibilidade orçamentária, não constituindo obrigação de contratação por esse montante, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados previamente credenciados no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

4.2 O credenciamento deverá ser realizado diretamente no sistema LICITANET, no endereço eletrônico indicado neste Edital, de acordo com as regras próprias da plataforma.

4.3 O credenciamento no sistema implica a responsabilidade do licitante e a presunção de sua capacidade para a prática de todos os atos inerentes ao pregão eletrônico.

4.4 O licitante é integralmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive por aquelas realizadas por seus representantes.

4.5 O acesso ao sistema será realizado mediante uso de login e senha de uso pessoal e intransferível, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo e a correta utilização das credenciais.

4.6 É vedada a exigência de procuração com firma reconhecida, de intermediação por empresas associadas ao sistema ou de qualquer outra forma de credenciamento que restrinja a livre participação dos licitantes.

4.7 O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados no sistema eletrônico, sendo de sua responsabilidade qualquer prejuízo decorrente de informações incorretas ou desatualizadas.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico pessoas jurídicas, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

5.2. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, exclusivamente para fins de desempate e regularização fiscal, não constituindo condição restritiva à participação no certame.

6. DO DESEMPATE

6.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observadas as hipóteses de empate ficto previstas nos arts. 44 e 45 da referida Lei.

6.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser aplicado o critério de preferência previsto na Lei Municipal nº 336/2025, exclusivamente como critério subsidiário de desempate final, desde que:

- I – as propostas estejam tecnicamente equivalentes;
- II – não haja prejuízo à competitividade do certame;
- III – não implique sobrepreço à Administração;
- IV – não haja vedação expressa no instrumento de repasse de recursos federais.

6.3. A preferência prevista nesta cláusula não poderá ser aplicada como critério primário de julgamento nem autoriza restrição à participação de licitantes não sediados no Município.

6.4. É expressamente vedada qualquer forma de restrição prévia à ampla concorrência, devendo a aplicação do critério observar estritamente os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

qualquer forma de restrição, limitação ou condicionamento à participação de licitantes não sediados no Município de Barrolândia – TO, sendo a preferência local aplicada apenas nos estritos limites legais, como critério de desempate ou margem de preferência, sem prejuízo da competitividade do certame.

7 – DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

7.1. Não poderão participar desta licitação, **direta ou indiretamente**, nos termos do **art. 9º da Lei nº 14.133/2021**, as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

- I – que **não atendam às condições e exigências** estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;
- II – o **autor do projeto básico ou executivo**, pessoa física ou jurídica, quando o objeto da licitação estiver a ele relacionado;
- III – a **empresa responsável pela elaboração do projeto**, bem como aquela da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista controlador, responsável técnico ou detenha participação relevante;
- IV – o licitante **impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos termos de sanção administrativa vigente;

V – o licitante que **mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista** com agente público que atue na licitação, na gestão ou na fiscalização do contrato;

VI – **empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da legislação societária, **quando concorrendo entre si**;

VII – pessoa física ou jurídica **condenada por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou outras formas de trabalho ilegal**, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;

VIII – **agente público** do órgão ou entidade promotora da licitação, direta ou indiretamente;

IX – licitante que **atue como interposta pessoa**, com o objetivo de **burlar sanção administrativa** aplicada a terceiro;

X – pessoas físicas ou jurídicas **sancionadas por organismos internacionais financiadores**, quando aplicável ao caso concreto;

XI – pessoas físicas ou jurídicas em **situação de conflito de interesses**, nos termos da legislação vigente.

8 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

8.2 Quando adotada a inversão de fases, os licitantes encaminharão inicialmente apenas a proposta, sendo os documentos de habilitação exigidos somente do licitante vencedor.

8.3 No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

I – que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

II – que elaborou sua proposta de forma independente;

III – que conhece e aceita as condições do Edital e seus anexos;

IV – que sua proposta compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

V – que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

8.4 As cooperativas deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.6 O licitante poderá retirar ou substituir sua proposta e documentos até a abertura da sessão pública.

8.7 Não haverá classificação das propostas antes da fase de lances.

8.8 Os documentos da proposta e da habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após o encerramento da fase de lances.

8.9 Durante a fase de disputa, o licitante poderá registrar lances sucessivos, respeitado o intervalo mínimo definido pelo sistema.

8.10 É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública.

8.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar documentação fiscal com restrições, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 O licitante deverá enviar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

I – valor unitário do item;

II – marca;

III – fabricante, quando aplicável;

IV – descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência.

9.2 Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam a futura contratada.

9.3 Nos preços propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, logísticos e quaisquer outros necessários à execução integral do objeto.

9.4 Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida sua alteração após o envio da proposta, salvo nos casos expressamente previstos neste Edital ou na Lei nº 14.133/2021.

9.5 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

9.6 A tributação incidente sobre a proposta é de inteira responsabilidade do licitante, observando-se o regime tributário a que estiver submetido.

9.7 Independentemente da composição dos tributos indicados na proposta, os pagamentos serão efetuados com as retenções legalmente exigidas.

9.8 A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições do Edital e do Termo de Referência, bem como compromisso de executar o objeto conforme especificado.

9.9 Os licitantes deverão observar os valores máximos definidos pela Administração no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

10.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITANET, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.

10.2 A Pregoeira examinará as propostas cadastradas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com este Edital, que contenham vícios

insanáveis ou que não atendam às especificações técnicas constantes da planilha orçamentária.

10.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante no campo próprio do sistema eletrônico. A eventual identificação em documentos anexados não implicará desclassificação, uma vez que permanecem sigilosos até o encerramento da fase de lances.

10.4 Os licitantes poderão substituir ou retirar propostas e documentos até a abertura da sessão pública.

10.5 As desclassificações serão fundamentadas e registradas no sistema.

10.6 Somente as propostas classificadas participarão da fase de lances.

DA FASE DE LANCES

10.7 A fase competitiva será realizada pelo modo de disputa **ABERTO**, com lances públicos e sucessivos.

10.8 Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema eletrônico, em valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

10.9 O intervalo mínimo entre lances do mesmo licitante será de 20 (vinte) segundos e entre lances distintos de 3 (três) segundos.

10.10 O valor mínimo de diferença entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

10.11 A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos 2 (dois) minutos.

DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES

10.12 Encerrada a fase competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valor.

10.13 Não serão aceitos dois lances de mesmo valor, prevalecendo o que tiver sido registrado primeiro.

10.14 Encerrada a fase de lances, a apuração do vencedor obedecerá rigorosamente à seguinte ordem:

DA NEGOCIAÇÃO

10.15 Definida a melhor proposta, a Pregoeira poderá negociar pelo sistema eletrônico para obtenção de preço mais vantajoso.

10.16 Após a negociação, o licitante melhor classificado deverá enviar a proposta final ajustada no prazo de 2 (duas) horas.

A FASE DE JULGAMENTO

10.17 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de

participação previstas neste Edital e no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de contratar com o Poder Público.

10.18 Para fins do disposto no item anterior, serão realizadas consultas, em nome da empresa licitante e de seus responsáveis legais, aos seguintes cadastros:

- I – SICAF ou cadastro equivalente;
- II – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- III – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

10.19 Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou a contratação, o licitante será considerado inabilitado.

10.20 Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro procederá ao exame da proposta classificada em primeiro lugar quanto:

- I – à compatibilidade com o objeto;
- II – ao atendimento às especificações do Termo de Referência;
- III – à adequação do preço ao valor máximo admitido para contratação;
- IV – à exequibilidade.

DA EXEQUIBILIDADE

10.21. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas que apresentem valor global significativamente inferior ao estimado pela Administração, especialmente aquelas inferiores a 70% (setenta por cento) do valor estimado, hipótese em que será instaurada diligência para apuração da exequibilidade.

10.22. O percentual indicado no item anterior constitui critério objetivo de alerta, não implicando presunção absoluta de inexequibilidade, devendo a análise observar as especificidades do objeto e os elementos técnicos constantes da proposta.

10.23. A inexequibilidade somente poderá ser declarada após diligência formal que comprove, cumulativamente:

- I – que os custos diretos e indiretos do licitante superam o valor ofertado;
- II – que inexistem ganhos de eficiência, economia de escala, tecnologia diferenciada ou vantagens competitivas que justifiquem o preço apresentado;
- III – que a proposta compromete a adequada execução do objeto.

10.24. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderá ser exigida do licitante:

- I – planilha detalhada de composição de custos unitários;
- II – demonstração analítica de encargos sociais e BDI;
- III – cronograma físico-financeiro compatível com o valor ofertado;
- IV – documentos que comprovem custos de insumos e mão de obra.

10.25. A diligência deverá ser fundamentada tecnicamente, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa ao licitante.

10.26. Não comprovada a exequibilidade, a proposta será desclassificada de forma motivada.

DA PLANILHA DE CUSTOS

10.25 Quando exigida planilha de custos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la ajustada ao valor final de sua proposta.

10.26 Erros formais ou de cálculo poderão ser corrigidos pelo licitante, desde que não impliquem aumento do preço ofertado nem alteração da substância da proposta.

DA SEQUÊNCIA DE JULGAMENTO

10.26 Se a proposta do primeiro classificado for recusada, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

10.27 Nos itens não exclusivos para ME e EPP, antes de passar à proposta subsequente, será verificada automaticamente a ocorrência do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.28 O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante o envio de documentos complementares, pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro.

DA CONTINUIDADE DA SESSÃO

10.29 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realização de diligências, sendo a nova data e horário informados no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

DO ENCERRAMENTO

10.30 Encerrada a fase de aceitação da proposta, o Pregoeiro procederá à verificação da habilitação do licitante vencedor, na forma deste Edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. Habilitação Jurídica

11.1.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I _____ Empresário individual:
registro na Junta Comercial da respectiva sede;

II – Sociedade empresária, sociedade simples, EIRELI ou cooperativa: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com prova da representação legal;

III – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

IV – Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, em conformidade com a legislação aplicável.

11.1.2. Para Pessoa Física (PF)

I – Documento oficial de identificação com foto;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);

III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

V – Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível em razão do objeto.

✦ **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão regularizar eventuais pendências fiscais, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, após declaradas vencedoras.**

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei.

✦ Para ME, EPP e MEI: Será admitida a apresentação de balanço simplificado, DASN-SIMEI ou declaração equivalente, conforme o regime jurídico da empresa.

✦ Para empresas constituídas no exercício corrente: Será aceito balanço de abertura ou demonstrações do período, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. Para Pessoa Física (PF)

- I – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF do último exercício, ou declaração de isenção, quando aplicável;
- II – Declaração de capacidade econômico-financeira para execução do contrato.

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I – No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento e/ou instalação de luminárias públicas ou serviços similares de iluminação pública / elétrica urbana.

✦ O atestado poderá estar em nome do licitante, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, vedada a exigência de quantitativos mínimos ou prazos excessivos que restrinjam a competitividade, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

II - A licitante deverá comprovar que dispõe, ou se compromete a dispor, de responsável técnico legalmente habilitado, com registro no CREA, compatível com o objeto, a ser apresentado antes do início da execução contratual..

11.5. Declarações

O licitante, pessoa física ou jurídica, deverá apresentar declarações de que:

- I – não emprega menor em situação proibida pela legislação trabalhista;
- II – não utiliza trabalho degradante ou forçado;
- III – cumpre as normas relativas à inclusão de pessoas com deficiência, quando aplicável;
- IV – inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;
- V – não está impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.2 A proposta final deverá:

- I – ser redigida em língua portuguesa;
- II – observar o modelo constante do **Anexo II** deste Edital;
- III – conter a descrição completa do objeto, com marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, quando aplicável;
- IV – conter os preços unitários e totais em moeda corrente nacional;
- V – estar adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada.

12.3 A proposta final fará parte integrante do processo e vinculará a Contratada durante a execução do contrato, inclusive para fins de aplicação de sanções.

12.4 Em caso de divergência entre valores, prevalecerá o valor global registrado no sistema eletrônico.

12.5 A proposta deverá ser firme, precisa e limitada ao objeto deste Edital, não sendo admitidas alternativas de preço, condicionantes ou qualquer disposição que comprometa a clareza do julgamento.

12.6 A proposta e os documentos complementares ficarão disponíveis no sistema eletrônico após a homologação do certame.

13 – DOS RECURSOS

13.1 Dos atos praticados no curso do procedimento licitatório caberá recurso administrativo, nos termos dos arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Declarado o vencedor e encerrada a fase de habilitação, será concedido o prazo mínimo de **30(trinta) minutos**, no sistema eletrônico, para que qualquer licitante manifeste, de forma **motivada**, a intenção de recorrer, indicando os atos ou decisões que pretende impugnar.

13.3 O Pregoeiro analisará a tempestividade e a motivação da intenção de recorrer, limitando-se à verificação dos requisitos de admissibilidade, sem exame do mérito.

13.4 A ausência de manifestação motivada da intenção de recorrer implicará a **decadência** do direito ao recurso.

DA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

13.5 Admitida a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.6 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar **contrarrazões** no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da disponibilização das razões no sistema.

DO JULGAMENTO DO RECURSO

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de **03 (três) dias úteis** ou, mantendo-a, encaminhar o recurso à autoridade superior.

13.8 A autoridade superior deverá decidir o recurso no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

DOS EFEITOS

13.10 Os recursos interpostos contra os atos de julgamento das propostas ou de habilitação terão **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.11 O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

13.12 Antes da interposição do recurso, poderá ser apresentado **pedido de reconsideração**, nos termos do art. 165, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DO ACESSO AOS AUTOS

13.13 Os autos do processo permanecerão disponíveis no sistema eletrônico e poderão ser solicitados por e-mail institucional da Administração.

14 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

I – quando o provimento de recurso resultar na anulação de atos praticados anteriormente à sessão pública ou da própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos invalidados e os que deles dependam;

II – quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada ou quando o licitante declarado vencedor não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2 Nas hipóteses previstas no item anterior, serão retomados os procedimentos imediatamente posteriores à fase de lances.

14.3 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.2 A homologação não gera direito subjetivo à contratação, constituindo ato de controle da legalidade e da conveniência administrativa.

16 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação, será celebrado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

16.3 O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implica que:
I – substitui o contrato, quando cabível;
II – a contratada se vincula à proposta e ao edital;
III – aplicam-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.4 O contrato terá vigência conforme definido no Termo de Referência, limitada aos prazos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, vedada prorrogação automática.

16.5 Antes da contratação, a Administração realizará verificação nos cadastros de sanções administrativas.

16.6 A manutenção das condições de habilitação será exigida durante toda a vigência contratual.

16.7 Na recusa injustificada do adjudicatário, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração.

17.2 O objeto será considerado definitivamente recebido após verificação de conformidade com o Termo de Referência.

17.3 Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para saná-las no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus para o Município.

17.4 O fiscal do contrato deverá:
I – acompanhar a execução;
II – atestar as notas fiscais;
III – comunicar irregularidades e sugerir penalidades.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações das partes são aquelas previstas no Termo de Referência e no Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:
I – der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
II – atrasar ou não cumprir obrigações contratuais;
III – fraudar a execução do contrato;
IV – comportar-se de modo inidôneo;
V – apresentar documentação falsa;
VI – cometer fraude fiscal;
VII – praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

19.2 As infrações administrativas poderão ensejar, conforme a gravidade do caso, a aplicação das seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 As multas poderão ser:

- I – moratória, no percentual de até 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- II – compensatória, no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução parcial;
- III – compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total.

19.4 A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

19.5 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observado o princípio da proporcionalidade.

19.6 A aplicação de penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a existência de programa de integridade.

19.8 As sanções serão registradas nos cadastros oficiais, quando exigido por lei.

19.9 As sanções de impedimento e de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS

20.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

20.3 As impugnações e pedidos de esclarecimento serão protocolados pelo sistema LICITANET ou pelo e-mail oficial do Município.

20.4 As respostas serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão todos os participantes.

20.5 A impugnação não terá efeito suspensivo, salvo decisão motivada da autoridade competente.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública será lavrada ata, que ficará disponível no sistema eletrônico.

21.2 Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

21.3 A homologação do certame não gera direito à contratação.

21.4 Os erros formais sanáveis não ensejarão a inabilitação ou desclassificação.

21.5 O Edital e seus anexos estão disponíveis no portal do Município e no sistema LICITANET.

21.6 Integram este Edital, para todos os fins:

- Termo de Referência
- Estudo Técnico Preliminar
- Minuta do Contrato
- Modelos de declarações e proposta

BARROLÂNDIA - TO, 18 de fevereiro de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(a ser apresentada apenas pelo licitante vencedor, após a fase de lances)

Objeto: Objeto: Fornecimento e instalação de luminárias públicas em tecnologia LED.

Apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL FINAL, em conformidade com o último lance ofertado e com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

(Razão Social:	Pessoa		Jurídica
CNPJ:			
Inscrição Estadual (se houver):			
(Nome completo:	Pessoa		Física
CPF:			
Endereço:			
Telefone:			
E-mail:			
Dados bancários	para		pagamento:
Banco:	Agência:	Conta:	

Os preços estão ajustados ao último lance ofertado no sistema eletrônico:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Arroz	Arroz	10	100	1000
2	Feijão	Feijão	5	50	250
3	Macarrão	Macarrão	15	150	2250
4	Óleo	Óleo	10	100	1000
5	Sal	Sal	10	10	100
6	Alface	Alface	10	10	100
7	Tomate	Tomate	10	10	100
8	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
9	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
10	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
11	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
12	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
13	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
14	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
15	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
16	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
17	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
18	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
19	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
20	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
21	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
22	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
23	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
24	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
25	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
26	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
27	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
28	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
29	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
30	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
31	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
32	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
33	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
34	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
35	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
36	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
37	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
38	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
39	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
40	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
41	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
42	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
43	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
44	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
45	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
46	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
47	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
48	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
49	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
50	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
51	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
52	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
53	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
54	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
55	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
56	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
57	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
58	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
59	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
60	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
61	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
62	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
63	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
64	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
65	Doce de leite	Doce de leite	10	100	1000
66	Doce de leite	Doce de leite	10		

Valor Global da Proposta: R\$ _____
(_____)

Declaramos que:

- a) Conhecemos e aceitamos integralmente os termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;
- b) Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- c) As especificações ofertadas atendem integralmente às exigências do Edital;
- d) Esta proposta vincula **o licitante** durante toda a execução contratual.

1. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

Nome: _____

Cargo: _____

MODELOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 003/2026, sob as penas da lei, que:

✓ Enquadra-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

✓ Atende integralmente aos requisitos legais para fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

✓ Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

I – A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem comunicação, acordo, ajuste ou influência de qualquer outro licitante;

II – Não tentou influenciar a decisão de qualquer outro licitante ou agente público;

III – O conteúdo da proposta não foi divulgado antes da abertura oficial;

IV – Atua em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com a Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e _____ data: _____

Assinatura: _____

Nome e CPF do representante legal _____

MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaramos que O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____, está ciente e concorda integralmente com as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Local _____ e _____ data: _____

Assinatura: _____

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026.

Local _____ e _____ data: _____

Assinatura: _____

MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Declaramos que cumprimos a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico nº 003/2026.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE TRABALHO DIGNO

Declaramos que não utilizamos trabalho degradante ou forçado em nossa cadeia produtiva, conforme Constituição Federal.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores em condições vedadas pela legislação trabalhista.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não há, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Barrolândia-TO.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO Nº 154/2026
MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por seu atual Prefeito Municipal, João Machado Alves, brasileiro, casado, agente político, portador do RG XXXXX SSP/TO e CPF nº. XXXXXXXX, residente e domiciliado em Barrolândia/TO, denominado CONTRATANTE, de outro lado, **a pessoa jurídica**, inscrita no **CNPJ** sob o nº _____, com endereço à _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu representante legal, quando pessoa jurídica, ou pelo próprio contratado, quando pessoa física, portador do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____”, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o **fornecimento e instalação de luminárias públicas em tecnologia LED**, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, testes e comissionamento, destinados à **modernização, ampliação e eficiência energética do sistema de iluminação pública do Município de Barrolândia – TO, em conformidade com o objeto aprovado no Contrato de Repasse nº CR 989687-2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta final apresentada pela CONTRATADA, que integra este contrato.

2.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, fretes, transporte, mão de obra e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução do contrato é o de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento e a instalação das luminárias públicas em tecnologia LED, conforme especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
(a ser informada pela Administração na fase de contratação)

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mediante transferência bancária para a conta indicada pela CONTRATADA, **após a execução das etapas do fornecimento e instalação das luminárias públicas em tecnologia LED**, devidamente comprovadas por medições, recebimento provisório e definitivo do objeto, e atestadas pelo Fiscal do Contrato..

5.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, desde que não haja pendência imputável à CONTRATADA.

5.3. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, quando aplicáveis, observando-se, quando for o caso, o regime do Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

6.1. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária entre seus empregados e o CONTRATANTE.

6.2. Responder por todos os danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer, retardar ou inviabilizar a execução do contrato.

6.4. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Não empregar menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nem empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em conformidade com a Constituição Federal e a legislação trabalhista.

6.7. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução contratual pelo CONTRATANTE, bem como pelos órgãos de controle interno e externo, inclusive órgãos federais, quando aplicável.

6.8. Manter seus dados cadastrais atualizados junto à Administração, especialmente endereço, telefone, correio eletrônico e dados bancários.

6.9. Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.10. Em razão da vinculação ao Contrato de Repasse nº CR 989687-2025, a CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

I – cumprir fielmente o objeto, metas e condições estabelecidas no referido Contrato de Repasse e no Plano de Trabalho aprovado;

II – manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;

III – permitir acesso irrestrito à fiscalização municipal, federal e aos órgãos de controle, inclusive para fins de auditoria e prestação de contas;

IV – manter toda a documentação técnica, administrativa, fiscal e financeira da execução do objeto organizada e disponível, pelo prazo legal, para fins de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

6.11 A CONTRATADA deverá apresentar, previamente ao início da execução do objeto, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente **registrada no CREA, referente aos serviços contratados**

6.12 A CONTRATADA garante o funcionamento das luminárias públicas instaladas pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, obrigando-se a realizar, sem ônus para o CONTRATANTE, a substituição ou correção de quaisquer equipamentos que apresentem defeitos ou desconformidades durante o período de garantia.

6.13 A CONTRATADA é integralmente responsável pela observância das normas de segurança do trabalho, assumindo todos os riscos decorrentes da execução contratual e respondendo por eventuais danos causados a seus empregados, à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado.
- 7.2. Receber e fiscalizar a execução do fornecimento, instalação, testes e comissionamento das luminárias públicas em tecnologia LED.
- 7.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste contrato.
- 7.4. Prestar todas as informações necessárias à execução do contrato.
- 7.5. Aplicar as sanções cabíveis, quando constatado o descumprimento contratual.
- 7.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 8.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, **limitada ao prazo de vigência do Contrato de Repasse nº CR 989687-2025**, destinando-se exclusivamente à execução integral do objeto contratado.
- 8.2. O prazo de execução do objeto será aquele definido no Termo de Referência, não se caracterizando este contrato como de prestação de serviço contínuo.
- 8.3. O contrato **não poderá ser prorrogado sucessivamente**, admitindo-se apenas eventual prorrogação de prazo, de forma excepcional e devidamente justificada, **exclusivamente para conclusão do objeto**, nas hipóteses e limites previstos nos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que não implique alteração do objeto nem extrapolação da vigência do instrumento de repasse.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, por meio de portaria específica, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo de outras atribuições legais:
 - I – acompanhar e fiscalizar a execução do **fornecimento, instalação, testes e comissionamento das luminárias públicas em tecnologia LED**, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais e das especificações técnicas do Termo de Referência;
 - II – atestar as medições, o recebimento provisório e definitivo do objeto, bem como as notas fiscais, como condição para a liquidação e o pagamento da despesa;
 - III – comunicar formalmente à Administração qualquer irregularidade, desconformidade técnica, atraso, descumprimento contratual ou fato que comprometa a execução do objeto;

IV – registrar as ocorrências relevantes em relatório próprio e sugerir, quando cabível, a aplicação de penalidades administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

V – verificar a conformidade da execução com o Contrato de Repasse nº CR 989687-2025 e com o Plano de Trabalho aprovado, quando aplicável.

9.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos decorrentes da execução contratual, inclusive perante terceiros, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

10.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta vencedora, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses e havendo saldo contratual a executar, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, aplicando-se a variação acumulada do:

👉 INCC – Índice Nacional de Custo da Construção (FGV) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10.3. O reajuste incidirá exclusivamente sobre o saldo remanescente não executado do contrato, vedada qualquer forma de retroatividade.

10.4. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V \times (I_1 / I_0)$$

Onde:

R	=	valor	reajustado
V	=	valor da parcela	remanescente
I ₀	=	índice do mês da	proposta

I₁ = índice do mês de aniversário do reajuste

10.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, vedada a celebração de termo aditivo para essa finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O valor contratual é aquele constante da proposta vencedora do certame, correspondente à execução integral do objeto contratado, não havendo qualquer pagamento de natureza mensal ou periódica.

11.2. O pagamento será efetuado **de acordo com as medições e etapas efetivamente executadas**, após o recebimento provisório e definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, nos termos do Termo de Referência.

11.3. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da liquidação da despesa, observadas as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 14.133/2021, bem como as retenções tributárias e previdenciárias legalmente exigidas.

11.4. É vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021 e autorizadas no Termo de Referência.

11.5. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regular execução do objeto, à conformidade com o Plano de Trabalho do Contrato de Repasse nº CR 989687-2025 e à inexistência de pendências imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extinguirá automaticamente com o término de sua vigência ou com a conclusão integral do objeto contratado, o que ocorrer primeiro.

12.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante decisão motivada da Administração, nas seguintes hipóteses:

- I – por razões de interesse público devidamente justificadas;
- II – por insuficiência ou contingenciamento de recursos orçamentários;
- III – por descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
- IV – nas demais hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A extinção contratual será precedida de processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando exigido por lei.

12.4. Na hipótese de extinção por iniciativa da Administração, sem culpa da CONTRATADA, esta fará jus às indenizações cabíveis, na forma do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. A extinção será formalizada por termo próprio, com a devida apuração do estágio de execução do objeto, dos valores pagos, dos valores eventualmente devidos e da aplicação de penalidades, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Das Infrações Administrativas

Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo contratado, das seguintes condutas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida;
- IV – apresentar documentação falsa;
- V – ensejar o retardamento da execução;
- VI – fraudar a execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo;
- VIII – cometer fraude fiscal;
- IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

13.2. Das Sanções Aplicáveis

Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observada a proporcionalidade e a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

- I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3. Das Multas

13.3.1 Multa Moratória

Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

- Aplicar-se-á multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso,
- Incidente sobre o valor da parcela inadimplida,
- Limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Ultrapassado o prazo de 20 (vinte) dias consecutivos de atraso, poderá a Administração:

- ✓ rescindir o contrato;
- ✓ aplicar multa compensatória;
- ✓ aplicar outras sanções cabíveis.

13.3.2 Multa Compensatória – Inexecução Parcial

Nos casos de inexecução parcial:

- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo contratual, conforme a extensão do dano.

13.3.3 Multa Compensatória – Inexecução Total

Nos casos de inexecução total:

- multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato.

13.4. Dos Critérios de Dosimetria

Na aplicação das penalidades serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
II – os danos causados à Administração;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – a reincidência;
V – a vantagem auferida pelo contratado;
VI – a existência de programa de integridade, quando aplicável.

13.5. Do Processo Administrativo

A aplicação das sanções observará:

- ✓ contraditório;
 - ✓ ampla defesa;
 - ✓ motivação formal da decisão;
 - ✓ possibilidade de recurso administrativo;
- nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Da Cumulação de Sanções

As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, e não excluem:

- ✓ a reparação integral dos danos;
- ✓ a retenção de valores devidos;
- ✓ a execução da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Das Hipóteses de Alteração

O contrato poderá ser alterado nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e decisão motivada da autoridade competente.

14.2. Dos Acréscimos e Supressões

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

I – acréscimos quantitativos até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;

II – supressões que se fizerem necessárias, podendo ultrapassar 25%, mediante acordo entre as partes, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O limite percentual incidirá sobre o valor inicial atualizado do contrato, já considerados eventuais reajustes ou reequilíbrios concedidos.

14.3. Das Alterações Unilaterais

A Administração poderá promover alterações unilaterais para melhor adequação técnica ou atendimento ao interesse público, desde que:

- I – respeitados os limites legais;
- II – mantido o equilíbrio econômico-financeiro;
- III – formalizadas por termo aditivo.

♦ 14.4. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando comprovado fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Das Condições para Reequilíbrio

O pedido deverá ser instruído com:

- I – demonstração analítica do impacto financeiro;
- II – memória de cálculo detalhada;
- III – comprovação documental do fato superveniente;
- IV – planilhas comparativas entre custos originais e custos atualizados.

Não será admitido reequilíbrio quando o evento estiver alocado como risco exclusivo da CONTRATADA na Matriz de Risco.

14.6. Das Hipóteses que Não Caracterizam Reequilíbrio

Não ensejam reequilíbrio:

- Oscilações ordinárias de mercado;
- Aumento previsível de insumos;
- Erro de planejamento;
- Subdimensionamento de custos;
- Baixa produtividade;
- Encargos trabalhistas ou fiscais ordinários;
- Riscos assumidos na Matriz de Risco.

14.7. Da Formalização

I – Alterações quantitativas ou qualitativas serão formalizadas por **termo aditivo**;
II – Reequilíbrio econômico-financeiro será formalizado por **termo aditivo**;
III – Reajuste anual será formalizado por **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.8. Dos Serviços Extras

A execução de serviços não previstos originalmente somente poderá ocorrer mediante:

- I – prévia justificativa técnica;
II – autorização formal da Administração;
III – celebração de termo aditivo;
IV – comprovação de dotação orçamentária.

A execução sem autorização formal não gera direito a pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS TRIBUTOS

15.1. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

16.1 O presente contrato rege-se:

- I – Pela Lei nº 14.133/2021;
II – Pelos princípios do Direito Público;
III – Supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município, no prazo legal, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O presente contrato rege-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021.

18.2. Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte - TO para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

19.1 As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei nº **13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – **LGPD**) e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

20.1. Integra o presente contrato, para todos os fins de direito, a Matriz de Risco constante em Anexo, elaborada nos termos do art. 22 e do art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo a alocação objetiva dos riscos decorrentes da execução contratual.

20.2. A Matriz de Risco define a responsabilidade de cada parte quanto aos eventos supervenientes que possam impactar a execução do objeto, distinguindo:

I	–	riscos	exclusivos	da	CONTRATADA;
II	–	riscos	exclusivos	da	CONTRATANTE;

III – riscos compartilhados.

20.3. Os riscos expressamente atribuídos à CONTRATADA não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo, entre outros:

I	–	erro	na	formação	da	proposta;
II	–	oscilação	ordinária	de	mercado;	
III	–	falhas	técnicas	de	execução;	
IV	–	encargos	trabalhistas	e	fiscais	ordinários;

V – vícios decorrentes da instalação ou fornecimento.

20.4. Poderá ser reconhecido o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando ocorrer fato superveniente imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, desde que:

I	–	o evento não esteja	alocado	como	risco	exclusivo	da	CONTRATADA;
II	–	haja	impacto	financeiro	direto	e	comprovado;	
III	–	seja	apresentada	memória	de	cálculo	detalhada;	

IV – seja observada a disciplina do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

20.5. O reequilíbrio econômico-financeiro será formalizado por termo aditivo, sendo vedada sua concessão automática ou presumida.

20.6. O reajuste anual previsto neste contrato não se confunde com reequilíbrio econômico-financeiro, sendo formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

20.7. Em caso de conflito interpretativo, prevalecerão as disposições específicas da Matriz de Risco sobre cláusulas genéricas deste contrato relativas à alocação de responsabilidades.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro Miranorte - TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS

22.1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

BARROLÂNDIA - TO, de de 2026.

CONTRATANTE

C O N T R A T A D A

TESTEMUNHAS:

1: _____

2: _____